



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 5.621-B, DE 2013** **(Do Sr. Fábio Faria)**

Altera o art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do Pasep para os Municípios com menos de quinze mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e vedando a União de suspender o repasse do FPM para os Municípios nestas mesmas hipóteses; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. FÁBIO MITIDIERI); e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ÁTILA LINS).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;

INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

### **I - Projeto inicial**

### **II - Na Comissão de Seguridade Social e Família:**

- Parecer do relator
- 1º substitutivo oferecido pelo relator
- Complementação de voto
- 2º substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

### **III - Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia:**

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 103-B. Fica autorizada a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasesp, por meio dos mecanismos previstos nesta Lei e mediante suspensão temporária, na forma do regulamento, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.*

*(...)*

***§ 3º Fica suspenso o pagamento dos débitos previstos no caput para os Municípios com menos de quinze mil habitantes até que cesse situação de emergência ou estado de calamidade pública nas hipóteses previstas no caput, sem prejuízo dos repasses financeiros Fundo de Participação dos Municípios.”***

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A estiagem na região do Semiárido (Região Nordeste) não está dando trégua, é a pior seca registrada nos últimos 50 anos. Em alerta sobre os problemas que os Municípios dessa Região vêm enfrentando, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) chama a atenção para os programas da União que têm se mostrado insuficientes no combate à seca.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública em 1.046 Municípios. Nessas condições estas Prefeituras passam por sérios problemas de gestão, pois precisam dar respostas imediatas a sua população.

Um exemplo é a Gestão de Assistência Social que acaba

sobrecarregada com os problemas resultantes dos longos períodos de estiagem. Outro entrave é a burocratização no acesso a direitos. Principalmente em casos emergenciais como é o da seca, quando a busca por benefícios sociais aumenta.

A seca já atinge uma população estimada em 22 milhões de brasileiros. Ao todo, 90% dos Municípios do Semiárido, ou 1.415 enfrentam o problema. Um total de 1.046 Municípios decretaram Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Oito Estados do Nordeste (BA, CE, AL, PB, PE, PI, RN e SE) e parte do Norte de Minas Gerais formam o Semiárido brasileiro. São 980 quilômetros quadrados.

“A gravidade da situação levou o governo federal a investir R\$ 32 bilhões nas chamadas obras estruturantes, que garantem o abastecimento de água de forma definitiva, como barragens, canais, adutoras e estações elevatórias. Além disso, anunciou no início do mês de abril deste ano mais R\$ 9 bilhões em ações de enfrentamento à estiagem.

A previsão é que cada município atingido pela seca receba uma retroescavadeira, uma motoniveladora, dois caminhões (um caçamba e um pipa) e uma pá carregadeira. O governo também vai distribuir 340 mil toneladas de milho até o fim do mês de maio para serem vendidas aos produtores a preço subsidiado.”<sup>1</sup>

Por todas as razões apresentadas, conta-se com a aprovação da proposta na esperança de que a causa aqui defendida seja também adotada pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2013.

**Deputado Fábio Faria**  
**PSD/RN**

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
--

<sup>1</sup> Notícia extraída, em 20 de maio de 2013, do sítio eletrônico: <http://www.brasil247.com/pt/247/bahia247/99947/>.

**LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005**

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO XIV  
DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS  
MUNICÍPIOS

.....

Art. 103-B. Fica autorizada a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários, por meio dos mecanismos previstos nesta Lei e mediante suspensão temporária, na forma do regulamento, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 1º O previsto no caput será aplicado com exclusividade ao contrato com Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de eventos ocorridos em 2012 e reconhecidos pelo Poder Executivo federal nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

§ 2º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será, obrigatoriamente, aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 12.716, de 21/9/2012\)](#)

Art. 104. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, os atos necessários à execução do disposto nos arts. 96 a 103 desta Lei.

Parágrafo único. Os débitos referidos no *caput* deste artigo serão consolidados no âmbito da Receita Federal do Brasil.

.....

.....

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe dá nova redação ao *caput* do art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar a repactuação dos débitos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, nos termos já previstos na mesma Lei para os débitos de contribuição previdenciária, mediante suspensão temporária do pagamento das parcelas acordadas, pelo Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência da seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

Adicionalmente, insere §3º ao citado dispositivo para suspender o pagamento dos débitos previdenciários e relativos ao Pasep para os Municípios com menos de 15 mil habitantes até que cesse a situação de emergência ou estado de calamidade pública, sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Argumenta o Autor que a região do semiárido brasileiro vinha enfrentando, à época da apresentação da proposição, a maior seca registrada nos últimos 50 anos, e que os programas da União não vinham se mostrando suficientes para combater tal situação.

O Projeto de Lei nº 5.621, de 2013, foi distribuído para as Comissões de Seguridade Social e Família; de Integração Nacional, de Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Finanças e Tributação (mérito e aspectos relativos à adequação orçamentária) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa). A Proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A Medida Provisória nº 565, de 2012, mais conhecida como MP da Seca, foi convertida na Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, e dispôs sobre a renegociação das dívidas dos produtores rurais e destinação de crédito para os setores rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência da seca.

Entre outras modificações, a Lei nº 12.716, de 2012, acrescentou art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, com o objetivo de autorizar a repactuação dos débitos previdenciários, incluindo a suspensão temporária do pagamento das parcelas, para os Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência da seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos assim reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

Em que pese as medidas propugnadas na referida Lei nº 12.716, de 2012, bem como outras medidas adotadas pelo Governo Federal, tais como os programas “Cisternas”, “Segunda Água” e “Cisternas nas Escolas”, o certo

é que ainda não vencemos o efetivo combate à seca em diversos Municípios do semiárido brasileiro, que cobre cerca de 8% do território nacional, abrangendo estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais.

Com o objetivo de minorar a gravidade da situação no semiárido brasileiro, a citada Proposição dá nova redação ao art. 103-B da Lei nº 11.196, de 2005, para nele fazer inserir a possibilidade de parcelamento ou de suspensão temporária do pagamento das parcelas com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep para os Municípios em situação de emergência.

Adicionalmente, propõe a suspensão do pagamento dos débitos previdenciários e os relativos ao Pasep, sem prejuízo do repasse dos recursos financeiros do Fundo de Participação, para os Municípios com menor capacidade de pagamento entre aqueles em estado de emergência ou de calamidade pública decorrente da seca, assim considerados os Municípios com até 15 mil habitantes.

Trata-se de medida de fundamental importância para regularizar a situação financeira dos mais de mil Municípios em estado de emergência ou de calamidade pública no semiárido brasileiro, os quais se encontram sobrecarregados com demandas de caráter assistencial oriundas da população mais necessitada.

Importante mencionar, contudo, que a Medida Provisória nº 589, de 2012, convertida na Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, veio dispor, entre outras matérias, sobre um novo parcelamento de débitos relativos a contribuições previdenciárias e ao Pasep, com condições tão benéficas quanto as previstas na Lei nº 11.196, de 2005. Assim, consideramos que os benefícios especiais destinados aos Municípios do Semiárido previstos no presente Projeto de Lei devem ser inseridos nessa mais nova legislação e não na legislação pretérita. Sendo assim, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.621, de 2013, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2015.



**Deputado FÁBIO MITIDIERI**

**Relator**

**1º SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.621, DE 2013**

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do Pasep para os Municípios com menos de quinze mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e para vedar a suspensão do repasse do FPM para os Municípios nestas mesmas hipóteses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 12-A:

“Art. 12-A. Fica autorizada a repactuação do parcelamento previsto nos art. 1º e 12 desta Lei, mediante suspensão temporária das parcelas, inclusive das retenções previstas no art. 3º, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 1º O previsto no caput será aplicado com exclusividade ao Município que se encontre em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril

de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

§ 2º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será, obrigatoriamente, aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 3º Fica suspenso o pagamento dos débitos previdenciários e dos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP para os Municípios com menos de quinze mil habitantes até que cesse situação de emergência ou estado de calamidade pública nas hipóteses previstas no caput deste artigo, sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2015.

**Deputado FÁBIO MITIDIERI**

**Relator**

## **I – COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Apresento esta Complementação de Voto ao Parecer que elaborei ao Projeto de Lei nº 5.621/2013, tendo em vista que na reunião deliberativa desta Comissão, realizada no dia 23 de novembro de 2016, após a discussão da matéria, propomos a seguinte modificação no texto do substitutivo:

Na Ementa do substitutivo e no Artigo 1º do substitutivo que acrescenta o art. 12-A à Lei 12.810, de 15 de março de 2013, em seu § 3º, substituir no texto a expressão “quinze mil Habitantes”, por “trinta mil habitantes”.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.621, de 2013, na forma do novo substitutivo que apresentamos em anexo.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2016.

Deputado **Fábio Mitidieri**  
Relator

## **2º SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.621, DE 2013**

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do PASEP para os Municípios com menos de trinta mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e para vedar a suspensão do repasse do FPM para os Municípios nestas mesmas hipóteses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 12-A:

“Art. 12-A. Fica autorizada a repactuação do parcelamento previsto nos art. 1º e 12 desta Lei, mediante suspensão temporária das parcelas, inclusive das retenções previstas no art. 3º, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 1º O previsto no caput será aplicado com exclusividade ao Município que se encontre em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

§ 2º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será, obrigatoriamente, aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 3º Fica suspenso o pagamento dos débitos previdenciários e dos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP para os Municípios

com menos de trinta mil habitantes até que cesse situação de emergência ou estado de calamidade pública nas hipóteses previstas no caput deste artigo, sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2016.

**Deputado Fábio Mitidieri**  
**Relator**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com substitutivo o Projeto de Lei nº 5.621/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Fábio Mitidieri, que apresentou complementação de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Conceição Sampaio - Presidente, Odorico Monteiro - Vice-Presidente, Adelson Barreto, Antonio Brito, Benedita da Silva, Carlos Gomes, Carlos Manato, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Chico D'Angelo, Darcísio Perondi, Dr. Sinval Malheiros, Dulce Miranda, Eduardo Barbosa, Flavinho, Geovania de Sá, Geraldo Resende, Jean Wyllys, Jhonatan de Jesus, João Marcelo Souza, Jones Martins, Jorge Solla, Laura Carneiro, Mandetta, Marcelo Belinati, Marcus Pestana, Mário Heringer, Miguel Lombardi, Misael Varella, Pepe Vargas, Rosinha da Adefal, Shéridan, Toninho Pinheiro, Adail Carneiro, Adelmo Carneiro Leão, Alan Rick, Antônio Jácome, Arnaldo Faria de Sá, Christiane de Souza Yared, Diego Garcia, Dr. João, Heitor Schuch, Hugo Motta, Lobbe Neto, Raimundo Gomes de Matos, Raquel Muniz, Rômulo Gouveia, Rôney Nemer, Sergio Vidigal, Silas Freire e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2016.

**Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO**  
**Presidente**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO****PROJETO DE LEI Nº 5621, DE 2013**

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do Pasep para os Municípios com menos de quinze mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e para vedar a suspensão do repasse do FPM para os Municípios nestas mesmas hipóteses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 12-A:

“Art. 12-A. Fica autorizada a repactuação do parcelamento previsto nos art. 1º e 12 desta Lei, mediante suspensão temporária das parcelas, inclusive das retenções previstas no art. 3º, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 1º O previsto no caput será aplicado com exclusividade ao Município que se encontre em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

§ 2º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será, obrigatoriamente, aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada

pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

§ 3º Fica suspenso o pagamento dos débitos previdenciários e dos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP para os Municípios com menos de quinze mil habitantes até que cesse situação de emergência ou estado de calamidade pública nas hipóteses previstas no caput deste artigo, sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2016.

Deputada **CONCEIÇÃO SAMPAIO**  
Presidente

## **COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 5.621, de 2013, altera o caput do art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, por meio dos mecanismos previstos na mesma Lei e, na forma de regulamento, por meio da suspensão temporária do pagamento das parcelas acordadas, pelo Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência da seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

A proposição ainda acrescenta § 3º ao citado art. 103-B da Lei 11.196, de 2005, para suspender o pagamento dos débitos previdenciários e relativos ao Pasep para os Municípios com menos de 15 mil habitantes até que cesse a situação de emergência ou estado de calamidade pública, sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

O autor justifica sua proposição com a gravidade da estiagem que atinge a Região Nordeste e com o argumento de que há evidências acerca da insuficiência dos Programas da União para combater os efeitos da seca.

O PL nº 5.621, de 2013, foi distribuído para as Comissões de Seguridade Social e Família; de Integração Nacional, de Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Finanças e Tributação (mérito e aspectos relativos à adequação orçamentária) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa).

No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, o mérito da matéria foi considerado relevante e digno de aprovação. Não obstante, propôs que sua aprovação se desse mediante apresentação de substitutivo que inserisse os dispositivos propostos pelo PL nº 5.621, de 2013, na Lei nº 12.810, de 2013, e não na Lei nº 11.196, de 2003, como originalmente concebido.

Isso porque a Lei nº 12.810, de 2013, veio dispor, entre outras matérias, sobre um novo parcelamento de débitos relativos a contribuições previdenciárias e ao Pasep, com condições tão benéficas quanto as previstas na Lei nº 11.196, de 2005.

A Proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Conforme Estudo Técnico publicado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM)<sup>2</sup>, os quatro programas do Governo Federal, criados para prevenir e enfrentar efeitos de desastres naturais, estão sendo executados de forma satisfatória. São os eles: Programa de Prevenção e Preparação para Desastres (1027), Programa de Resposta aos Desastres e Reconstrução (1029), Programa de Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial (1138) e Programa de

---

<sup>2</sup> Municípios Sofrem com Estado de Calamidade Pública e Situação de Emergência. Estudos Técnicos/CNM. Julho de 2014. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/ET%20Vol%207%20-%2018.%20Munic%C3%ADpios%20sofrem%20com%20os%20desastres%20naturais.pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%207%20-%2018.%20Munic%C3%ADpios%20sofrem%20com%20os%20desastres%20naturais.pdf)

Riscos e Resposta a Desastres (2040).

A mesma publicação aponta que, não obstante a satisfatória execução geral dos programas, algumas questões pontuais chamam atenção. O estudo afirma que há estados do Nordeste, vítimas de uma das maiores secas dos últimos 50 anos, que não tiveram execuções satisfatórias, a exemplo Piauí (36%), Maranhão (46%), Ceará (48%) e Pernambuco (50%).

Diante disso, acompanho o entendimento do autor do projeto de que os programas do Governo Federal, embora contribuam significativamente para prevenção e remediação de desastres, não estão atuando de forma plenamente eficiente em todos os estados da federação, especialmente no Nordeste, onde a seca castiga a população.

Há que se destacar os elevados prejuízos que a seca vem causando. A CNM<sup>3</sup> aponta que, até maio de 2016, a seca já havia causado R\$ 151 bilhões de prejuízos em diversos setores da economia brasileira. Segundo a CNM:

*A seca é o fenômeno natural adverso que mais causou prejuízos aos nossos municípios nos últimos anos; centenas ficam em situação de emergência o ano inteiro, como é o caso dos municípios nordestinos, pois são os mais afetados, ou seja, diante da gravidade do problema crônico de difícil resolução, toda vez que a vigência do decreto de anormalidade de determinado município está expirando, a autoridade local é obrigada a renovar ou decretar novamente a situação de anormalidade.*

*[...]*

*Ao todo, entre dezembro de 2012 e dezembro de 2015, foram 7.371 decretações em decorrência da seca, somente no Nordeste foram 6.295.*

É indubitável, portanto, que os municípios enfrentam severas dificuldades em decorrência de eventos naturais extremos, as quais são agravadas pela sua situação de endividamento, que inviabiliza muitas ações municipais

---

<sup>3</sup> Prejuízos Causados por Desastres Naturais – 2012 a 2015. Estudo Técnico. Maio de 2016. Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres%20naturais%20-%202012%20a%202015%20\(2016\).pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres%20naturais%20-%202012%20a%202015%20(2016).pdf)



necessárias e urgentes.

Segundo estimativa da CNM<sup>4</sup>, em fevereiro de 2009, a dívida previdenciária dos municípios brasileiros somava R\$ 22 bilhões. Em 2011, o valor somou R\$ 62 bilhões, o que representa um aumento de 181% em pouco menos de três anos. A CNM<sup>3</sup> noticiou ainda que “mais de 200 municípios estão com o FPM zerado em função da dívida previdenciária”.

Adotar medidas legislativas tendentes a solucionar essa questão e dar fôlego financeiro aos municípios para que possam fazer frente a suas diversas obrigações deve certamente compor as preocupações e discussões desta Casa, motivo pelo qual manifesto minha concordância com os termos do PL nº 5.621, de 2013.

No entanto, acompanho a correta observação realizada em parecer da Comissão de Seguridade Social (CSSF). Ali foi registrado que a Medida Provisória nº 589, de 2012, convertida na Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, veio dispor, entre outras matérias, sobre um novo parcelamento de débitos relativos a contribuições previdenciárias e ao Pasep, com condições tão benéficas quanto as previstas na Lei nº 11.196, de 2005.

Dessa forma, considerou-se que benefícios especiais destinados aos Municípios do Semiárido previstos PL nº 5.621, de 2013, deveriam ser inseridos nessa mais nova legislação e não na legislação pretérita, qual seja, a Lei nº 11.193, de 2003.

Acompanho, pois, esse entendimento, bem como as adaptações propostas no substitutivo apresentado pela CSSF. Tais adaptações procuram garantir que a aplicação dos recursos originados das medidas aqui propostas ocorra, efetivamente, em atividades e ações para o benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.

Diante de todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.621, de 2013, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2017.

**Deputado ÁTILA LINS**  
**Relator**

---

<sup>4</sup> Boletim CNM. Outubro de 2013. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/2013.10%20-%20Congresso%20tem%20subcomiss%C3%A3o%20para%20assuntos%20municipalistas.pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/2013.10%20-%20Congresso%20tem%20subcomiss%C3%A3o%20para%20assuntos%20municipalistas.pdf)

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.621, DE 2013**

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do Pasep para os Municípios com menos de quinze mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e para vedar a suspensão do repasse do FPM para os Municípios nestas mesmas hipóteses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 12-A:

*“Art. 12-A. Fica autorizada a repactuação do parcelamento previsto nos art. 1º e 12 desta Lei, mediante suspensão temporária das parcelas, inclusive das retenções previstas no art. 3º, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.*

*§ 1º O previsto no caput será aplicado com exclusividade ao Município que se encontre em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.*

*§ 2º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será, obrigatoriamente, aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.*

*§ 3º Fica suspenso o pagamento dos débitos previdenciários e dos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP para os Municípios com menos de quinze mil habitantes até que cesse situação de emergência ou estado de calamidade pública nas hipóteses previstas no caput deste artigo,*

*sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios”. (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2017.

**Deputado ÁTILA LINS**  
**Relator**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, na forma do Substitutivo, o Projeto de Lei nº 5.621/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Átila Lins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Valadares Filho - Presidente, Janete Capiberibe - Vice-Presidente, Alan Rick, Angelim, Átila Lins, João Daniel, Remídio Monai, Zé Geraldo, Abel Mesquita Jr., Conceição Sampaio, Guilherme Coelho, Marcos Abrão, Simone Morgado e Zeca do Pt.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2017.

Deputado VALADARES FILHO  
Presidente

### **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA AO PROJETO DE LEI Nº 5.621, DE 2013**

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do Pasep para os municípios com menos de quinze mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e para vedar a suspensão do repasse do FPM para os municípios nestas mesmas hipóteses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.810, de 15 de março de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 12-A:

*“Art. 12-A. Fica autorizada a repactuação do parcelamento previsto nos art. 1º e 12 desta Lei, mediante suspensão temporária das parcelas, inclusive das retenções previstas no art. 3º, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.*

*§ 1º O previsto no caput será aplicado com exclusividade ao Município que se encontre em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.*

*§ 2º O valor das parcelas vincendas cujo pagamento foi adiado temporariamente será, obrigatoriamente, aplicado em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.*

*§ 3º Fica suspenso o pagamento dos débitos previdenciários e dos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP para os Municípios com menos de quinze mil habitantes até que cesse situação de emergência ou estado de calamidade pública nas hipóteses previstas no caput deste artigo, sem prejuízo dos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios”. (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2017.

Deputado VALADARES FILHO  
Presidente

**FIM DO DOCUMENTO**